

ILHA DO PODER: UM BREVE RESUMO SOBRE DIREITO, RESISTÊNCIA E COMBATE AO RACISMO

Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues¹, Alexon Messias da Rocha²

¹ UFSM/ Mestrado em Geografia, Av. Roraima nº 1000 – prédio 18- Santa Maria – RS, patirodrigues_85@hotmail.com

² UFSM/ Graduação em História, Av. Roraima nº 1000 – prédio 74sala 2111 Santa Maria - RS, alexonmessias@gmail.com

Resumo- O presente trabalho propõe um exame do processo de construção da sociedade brasileira, cujas bases racistas, desde o início desfavorecem a população preta subalternizada por sua corporalidade e cultura. Através da análise da edificação da identidade quilombola, grupo morador da Ilha da Marambaia localizada em Mangaratiba (Rio de Janeiro) numa área atualmente controlada por militares e avaliada como campo de segurança nacional. Busca-se, pois avaliar como esse grupo, embora tenha direito legal a essa terra, tem sua cidadania paralela, desrespeitada e a partir daí propor em par ao campo jurídico formas de proteção à moradia, altares e ancestralidade do grupo.

Palavras-chave: território, identidade, racismo, lugar, quilombos

Área do Conhecimento: Geografia e História

Introdução

Apesar de emblemática por suas peculiaridades, a luta dos ilhéus da Marambaia (RJ), integra uma luta maior, a dos quilombolas brasileiros. A questão quilombola apresenta outra característica que incomoda os próprios alicerces do sistema capitalista. É que a cessão das terras quilombolas se dá através de um título coletivo, ou seja, a favor da associação representante da comunidade sem haver qualquer proprietário individual.

A terra titulada é indivisa (não pode ser desmembrada), inalienável (não pode ser vendida) e seu uso está vinculado aos moradores e seus descendentes, o que derruba qualquer argumento que tais terras poderiam se tornar alvo de especulação imobiliária. Os preceitos de posse coletiva e uso compartilhado da terra representam simbolicamente – e, em determinados casos, materialmente – uma ameaça aos princípios capitalistas de propriedade privada e de apropriação individual da riqueza nela produzida.

Hoje, cerca de 150 famílias vivem na ilha. Há certas regras que limitam a reprodução social dessas pessoas lá. Eles não podem construir novas casas, elas têm que permanecer sempre do mesmo tamanho. Embora se entenda que ali é uma área estratégica, sabe-se também que já havia uma população vivendo ali desde o século passado, e essa população tem os seus direitos.

Ainda hoje, é debatido com ardor, este anseio de direitos através de uma sociedade que se diz sustentar por meio de uma “democracia racial”. No

entanto o que se vê sobre a população negra é um olhar que a desvaloriza e o inferioriza. Caminhando de encontro a qualquer sentido positivo que a palavra democracia possa nos trazer, a escravidão caminha após séculos e desenha cicatrizes marcantes sobre a vida do negro no país. A democracia vive apenas no imaginário coletivo da maior parte das pessoas, pois de fato os negros vivem numa desigualdade que compromete suas vidas nas esferas econômica, política, cultural e social.

Sabe-se que não é natural a leitura da vivência que por sua vez possui infinitas manifestações quando a limitamos ou quando são impostos sentidos que a monopolizam. Assim é preciso livrá-la que qualquer catequese, ou seja, sem aderência de uma ou outra forma de ver o mundo, sem limitações e com a liberdade de olhar diversa.

Diante disto, aponta-se o problema a ser pesquisado: como os aspectos jurídicos afetam o cotidiano desta população, que sempre viveu em equilíbrio com o meio? De que maneira isto interfere no sentimento de pertencimento e quais as estratégias utilizados para manter as tradições e identidade do grupo em meio a esta nova organização espacial e territorial?

Esta pesquisa tem como objetivo não apenas o amadurecimento acadêmico, contudo a busca de alternativas para problemas de cunho social, que tem como base um passado onde a população negra não somente foi invisibilizada e inferiorizada. Busca-se trazer novas ideias abordando alguns conceitos de geografia e a relação destas populações com o meio traduzindo-

os para o cotidiano deste ambiente. Importante ressaltar que ao propor uma releitura da memória.

Metodologia

A proposta do método etnográfico, o qual se insere esta pesquisa, caracteriza-se por introduzir os agentes sociais com sua participação ativa e enérgica capaz de transformar as estruturas sociais. Propõe André (1995) um destaque aos aspectos subjetivos da conduta humana e aconselha a necessidade de adentrar no universo conceitual dos sujeitos para compreender como e que tipo de significado estes dão aos episódios e às influências mútuas que ocorrem em seu cotidiano.

Neste sentido, houve essencialmente um contato direto do pesquisador com a conjuntura em análise o que tornará possível a restauração das ações que se dão a partir da experiência diária. Entre os procedimentos metodológicos destaca-se a *observação participante* que é uma técnica composta, à proporção que o observador além de analisar, participa das diversas atividades do grupo.

A finalidade principal que submete o emprego desta técnica é a captação das significações e das experiências particulares dos próprios intervenientes neste procedimento de interação. Esta segundo Lucas (2008) permite uma relação próxima do pesquisador com o elemento pesquisado o que é essencial nas abordagens qualitativas.

Resultados

É essencial compreender que a edificação da territorialidade quilombola como um processo se deu em meio a embates, numa conjuntura conflituosa repleta de desintegrações. Tudo isso se intensifica quando o cenário se dá a partir da necessidade de construir uma identidade, o modo como esta se desenvolver e a sua conexão com o território, o que por sua vez é maior do que a luta pela constância na terra. Assim propõe Carril (2006) que as formas de uso da terra mostram que o seu acesso representa processos históricos onde é essencial pensar também o processo da exclusão analisando a questão racial.

A identidade quilombola se dá a partir da concepção do que lhe é idêntico, percebido ou assinalado de formas diversas e a sua relação com o território. Ambos são reflexos da ação das pessoas do grupo com a sua natureza, grafada pela memória (coletiva ou individual), produto dos saberes. A edificação da identidade quilombola possui aporte particular para a compreensão do território, visto que não se limita ao tablado de

declaração da identidade, todavia como aparelho de captação da luta pelo direito agrário, do movimento étnico. Tudo isso a fim de que conquiste um ato capaz de propor uma nova forma de apropriação da terra dentro de um modelo anti racista.

Neste sentido a luta pela terra afiança a permanência deste grupo que não é apenas física, mas seus altares, símbolos, saberes e fazeres, da sua própria reprodução, afirmação como tal e constituição concebida como assimilação comum ao grupo. Tudo isso permite observar a íntima afinidade entre os quilombolas e a terra, no que se refere ao pertencimento. Nesta perspectiva, Santos propõe que “o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (SANTOS, 2004, p.26).

Compreendido perante a lei como um produto dos elementos étnicos que se tornam exteriores nas semelhanças erguidas no território. Na proporção que nele se encontra vida social, onde as relações de constroem e (re)constroem a identidade quilombola de (re)cria e corroboram o direito à sua terra.

Discussão

No período colonial foram trazidos a força mulheres e homens negros de diversos países da África para o Brasil. Este deslocamento violento foi tão intenso que resultara na diversidade de populações que aqui se estabeleceram com suas práticas religiosas. Não formavam estes grupos um mesmo conjunto, havia distinções na língua, costumes, modo de viver. O território brasileiro foi tablado de grandes deslocamentos e todas essas migrações implicaram numa mistura de valores que refletiram no campo cultural.

O passado não está no lugar aguardando ser resgatado ou até mesmo ser reconstituído de maneira exata até mesmo por não existir mais. Buscá-lo é, neste caso, ter contato com a memória muitas vezes em desordem, fragmentada, outras vezes travada. Neste sentido, o que se conta não é contínuo menos parecido na maioria das ocasiões. O que torna a história uma obra em eterna construção podendo ser encontrada de maneira imprevisível ao que se costuma ouvir, ver e ler e também encontrada em lugares imprevisíveis.

Importante compreender que todos os processos levam sempre a algum resultado e/ ou tem uma finalidade, ou seja, ação que se espera alcançar como produto de outra. E esta ação pode ser ‘premeditada’ ou não, mas os reflexos estarão

sempre presentes. As influências da colonização podem ser de difícil percepção, contudo sempre presentes e vistas de diversos ângulos podem ser estudadas em conjunto: dinâmica social, culturas, processos históricos e essências. Não existe colônia sem a captação do território, e a aquisição deste novo espaço significa a conquista dos elementos que dele fazem parte (natureza, povos etc.). Moraes (2000) faz uma breve resumo sobre o assunto contribuindo para a compreensão também do uso da força dentro da lógica de expansão colonial. Assim propõe que a colônia é a instalação do agente externo onde há conquista e subordinação dos antigos ocupantes.

O produto da história do domínio colonial teve dois efeitos cruciais. Um refere-se à maneira como os povos colonizados foram privados violentamente de suas singularidades, dos seus altares e identidade histórica. Outra tem a ver com a identidade adquirida, totalmente colonial e negativa insinuando o privo de sua importância na história, como também um produtor de cultura. A partir deste momento não seriam nada além de um grupo inferior, racialmente rebaixado e produzindo tradições sem valor, outro fator foi a forma como esses povos foram recolocados no tempo tornando-se passado. O arquétipo de posse e poder pautado no que Quijano(2005) chama de colonialidade sugeria também um modelo de conhecimento, uma nova forma de olhar de ciência a qual o (NÃO) europeu era o que já se passou, inferior e sendo rebaixado, permanecia primitivo.

Segundo Mir (2004) ao referir-se sobre a geopolítica urbana concebida pelo poder etnicista brasileiro para a ocupação e domínio do território do país menciona a grilagem do espaço urbano e rural.

O produto direto dessa definição do alvo da distribuição espacial é que a parcela negra está circundada por uma rede de falta de estrutura onde a eles restam à precariedade do espaço onde essa população vive e sobrevive a uma estrutura que busca todo o tempo seu falecimento simbólico e físico. A sua experiência coletiva vai cada vez mais sendo comprometida dentro da adequação espacial urbana através de acontecimentos que unem a diminuição da coragem pessoal junto às mínimas alternativas sociais do desenho da vida em sociedade.

Junto a isso, os assaltos eficazes a respeito da sua corporalidade o que em resumo tornam as periferias das cidades brasileiras um palco em que as exercícos e blefes para que seja alcançado o projeto genocida do Estado brasileiro se somem. Segundo SODRÉ(1995) o fato de abrigar o outro sem interferência de uma conduta de

recebimento e aceitação pode ameaçar a forma individualizada de pensar moderna. O outro, ou seja, os negros representam uma “ameaça fantasmática” considerada primitiva e que espia os valores discriminantes. Assim, esse “outro” é moldado numa imagem que não é legítima.

No Brasil, pensar na questão quilombola seja em que âmbito for é pensar em fuga e isolamento. Todavia, estes quilombos apresentavam não apenas uma relação de pertencimento à natureza como mostravam-se fortes em suas relações comerciais e também sociais para que a sua autonomia fosse atingida.

Neste contexto confere Gomes (2006) que numa sociedade escravista os quilombolas edificaram formas de resistência que poderia causar medo aos proprietários de escravos e fazendeiros. Propõe SODRÉ (1999), que a palavra identidade designa um complexo relacional que une o sujeito a um quadro permanente de referências, composto pela admissão de sua história individual com a do grupo onde este vive. Cada sujeito é único e a sua identidade é dada a partir do reconhecimento de um “outro”, em outras palavras é a caricatura que qualifica-o socialmente.

Neste sentido identidade é algo subentendido em qualquer que seja a representação de nós mesmos. A representação que determina a definição que damos a nós mesmos e o lugar que tomamos dentro de qualquer sistema de relações. A partir daí permite entender que a consciência, enquanto forma simbolicamente determinada é lugar da identidade.

O lugar percebido como base para a representação da vida e edificador de identidades é inventado a partir do uso e da assimilação simbólica que lhe confia significado além disso, no pessoal dos indivíduos e dos grupos sociais (MELLO, 2000). O agrupamento de significados esta relacionado com o estoque de conhecimento e valores. Deste modo, segundo Tuan (1983), o lugar é um repositório de significados.

Conclusão

Ao definir a palavra identidade como caracteres próprios de uma pessoa ou grupo, atribui-se ao termo um sentido amplo interligando-o também à sua história por exemplo. Este conceito permite que o indivíduo ou grupo não apenas se veja como ser único como também possua consciência, tendo em posse a sua realidade individual. Ainda que as mudanças ocorram há características e fatos que não mudam com o passar do tempo. Estes, porém podem passar despercebidos ou serem deixados para segundo plano o que acaba gerando alterações e

consequências desastrosas para os grupos que se encontram em situação desvantajosa e desrespeitosa.

Não há, pois como ver o território como um simples conceito de uma geografia que independe de gentes transformadores, ou que permita diminuí-la a uma união de ecossistemas administrados por regras, normas ditadas naturalmente. Também não é o lugar onde estes agentes se encontram somente, carente de vínculos com a materialidade do ambiente. É preciso assim buscar uma geografia que possibilite caminhar em rumos que se direcionem para o mesmo ponto, e que se modo concomitante estes se façam complementares tornando-o ajustado sem favorecer a uma minoria limitante.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998
- CAMPOS, Andreilino *Do Quilombo a favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, Iná Elias de. *Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação*. In CASTRO, Iná Elias *et. al.* **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Rogério Haesbaert. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUF, 1997.
- DA MATTA, Roberto. *A ilusão das relações raciais*. In: **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Ed. Rocco, RJ, 1990
- FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org). Colección Sur
- Sur, CLACSO, *Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina*. 2005.
- LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. *“Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo”*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.52, 1990: 91-115.
- MUNANGA, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Editora Vozes. 1999
- NOVAES, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras/ FUNARTE, 1999
- PELOSO, Silvano. *O Canto e a memória*. São Paulo: Ática, 1996.
- SAID, Edward. *Orientalism*. London England: Pegu in Books, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo, Editora Edusp, 2004.
- _____. *A Natureza do espaço*. São Paulo, Edusp, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri, 1983.
- _____. *Reinventando a cultura. Comunicação e seus produtos*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- VAZZOLER, Leomar dos Santos. *A Questão Racial no Ensino de Geografia*. 2006. 130f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). UFF. Niterói. 2006.

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINICJr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior